

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL EM TRIGUEIRO MENDES

Jhonatan Almada
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
jhonatan.almada@ufma.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de pesquisa mais ampla, na qual analiso as relações entre planejamento e educação a partir da produção teórica da área publicada no Brasil. A análise das obras implicou na explicitação das teses centrais de cada autor. Situando historicamente a produção teórica, busquei identificar sua fundamentação teórico-filosófica e destacar as categorias de estudo em cada uma das obras analisadas. Essas categorias emergiram no processo de análise das obras e neste trabalho trato da categoria planejamento educacional abordada por Trigueiro Mendes (1972/2000).

Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes (1927-1987) formou-se em Filosofia, Letras clássicas, Pedagogia e Direito. Professor de inúmeras faculdades, primeiro Reitor da Universidade Federal da Paraíba, concursado como Inspetor de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Diretor do Ensino Superior do MEC e membro do Conselho Federal de Educação até 1969, quando é aposentado compulsoriamente pela Ditadura Militar. Em 1980, com a anistia, retoma sua carreira no MEC e como professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“O planejamento educacional no Brasil” foi publicado originalmente em 1972, em inglês, pelo *Latin American Center Studies* da *Michigan State University*, e em 2000 foi traduzida e publicada pela editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – versão utilizada para nossa análise. Inicialmente é importante destacar que em nenhuma delas o autor dispôs as referências bibliográficas utilizadas, eventualmente algumas obras ou autores são mencionados nas notas de rodapé, entre eles Pascal, Ortega e Gasset, Sartre, Raymond Aron, John U. Nef, Gunnar Myrdal, Arthur Lewis e Philip Coombs.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

O conceito de “planejamento educacional” em Trigueiro Mendes (2000, p. 42) implica em uma relação dialética “entre o poder e a técnica, entre o centro e a periferia, entre a educação e a economia, etc.” É um processo que busca “homogeneizar coisas heterogêneas, de unificar perspectivas, de fundir a ciência com a prática, de converter qualidade em quantidade, de nivelar [...] diferentes temporalidades.” (p. 42). Assim, o planejamento:

[...] é um empreendimento caracterizado pela sua ampla compreensividade, que repele os unilateralismos – o político, o científico, o econômico, o pedagógico, etc. – assim como repele ficar enclaustrado em mera racionalidade técnica. Ele expressa a aspiração e, até certo ponto, a possibilidade de superar a violência, o irracionalismo e o empirismo – mas a sua transcendência se afirma pela incorporação, e não pela exclusão de todos os aspectos da realidade. A sua racionalidade não tem o direito de ser ingênua nem acomodada: tem de ser apenas realista. (TRIGUEIRO MENDES, 2000, p. 46).

Desenvolvendo sua conceituação, Trigueiro Mendes (2000) afirma que o planejamento é a instância da racionalidade científica e técnica. Mas não só. Ele está subordinado às decisões políticas, “*instauradoras*, mas a partir daí, desdobra-se segundo sua própria lógica, sem ser interceptado a cada passo pelas incidências da vontade política, a não ser que se trate de normas revisoras.” (p. 54).

Para o autor, não é possível fazer tal separação entre os processos político e de planejamento, isso seria “desdialetrizar o poder e a razão”, pois ambos fazem parte da mesma totalidade (FÁVERO, 1990, p. 61; FÁVERO; FÁVERO, 2010, p. 36). Entendo que ao afirmar isso, Trigueiro Mendes flerta com uma concepção de política como ciência social aplicada, como um mecanismo, conforme o “realismo” durkheimiano (PEREIRA, 1978).

Mais ainda, o planejamento “condiciona o processo administrativo, precedendo-o, em certa medida, e mantendo um mínimo de independência em relação ao poder.” (TRIGUEIRO MENDES, 2000, p. 55). Ao criticar as estruturas estabelecidas para o planejamento na estrutura do MEC à época, o autor aponta três elementos fundamentais esquecidos:

i. que o planejamento é um processo continuado e cumulativo, que requer estrutura definida e permanente como elemento de fixação de suas experiências; ii. que ele constitui um método de articulações entre diferentes ciências e técnicas, claramente estabelecidas e apuradas pelo convívio duradouro; iii. que ele representa a forma de estabelecer um *continuum*, tendo como fio condutor o “projeto” e sua máquina de apoio, sob as flutuações da política e da administração. Por todas essas razões, ele é

instrumento da política nacional, quer dizer, do projeto nacional. (TRIGUEIRO MENDES, 2000, p. 55).

O planejamento nem é um processo exclusivamente racionalizante, nem é uma instância subordinada ao processo administrativo. Ele é uma instância de mediação entre a política e a administração com vistas a executar um projeto nacional. Nem é o domínio absoluto da política, nem o arbítrio absoluto da técnica, nem a prevalência da racionalidade técnica (os meios), nem da racionalidade política (os fins). A necessidade de um projeto nacional, de “um novo projeto político” que faça essa mediação é reiterada pelo autor, como forma de superar esse dualismo (TRIGUEIRO MENDES, 2000).

Em face disso, o autor afirma que existem duas integrações inerentes ao planejamento: “o interdisciplinamento, entre as várias formas de saber, e o de fins com os meios, da teoria com a ação (= teoria da ação).” (TRIGUEIRO MENDES, 2000, p. 104). Por conseguinte, o planejamento se constitui em um processo denso e dialético mediante o qual a realidade muda de forma incessante pela ação das partes entre si e das partes com o todo. Daí a impossibilidade de ser um plano só de economistas ou pedagogos, mas de toda uma rede interdisciplinar que possa captar a complexidade e o dinamismo das estruturas sociais.

O enfoque dialético é predominante enquanto fundamentação teórico-filosófica. Entretanto, não se identifica com a proposta marxista e divide sua influência com a fenomenologia (os problemas educacionais como uma questão de consciência defasada entre elites e povo). É perceptível em todo livro a preocupação com a necessidade de identificar a intencionalidade radical da educação. Comparecem as categorias da totalidade, da mediação e da contradição, mas está ausente de sua análise, o marco maior em que elas têm funcionalidade heurística (o modo de produção capitalista) e a categoria da luta de classes como força-motriz da história.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, Trigueiro Mendes (2000) compreende o planejamento educacional como um processo dialético, continuado e cumulativo, cujo objetivo é implementar uma política nacional de educação vinculada a um projeto nacional de desenvolvimento.

O planejamento educacional está vinculado ao planejamento público global. O Estado dirigido por uma elite modernizadora é o condutor desse projeto. Não é um aparelho neutro, mas pode constituir certa autonomia em relação aos interesses divergentes existentes na sociedade.

O desenvolvimento é um processo controlado de implementação de mudanças, mas não pode representar uma ruptura radical com a “unidade básica da sociedade”. A educação é uma práxis social que pode ser tanto efeito-causa, como causa-efeito do desenvolvimento. Em um contexto democrático ela poderá contribuir para superar as desigualdades.

REFERÊNCIAS

FÁVERO, Maria de Lourdes de A.; FÁVERO, Osmar. **Durmeval Trigueiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

FÁVERO, Osmar. Concepção de política e planejamento educacional *In*: TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. **Filosofia política da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio, 1990. (Coleção Memória FUJB/UFRJ, Série Pensadores, v. 3).

PEREIRA, Luiz. **Ensaio de sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Pioneira, 1978.

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. **Toward a theory of educational planning: the brazilian case**. East Lansing (USA): Michigan State University/Latin American Studies Center, 1972. (Monograph Series, 7).

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. **Filosofia política da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio, 1990. (Coleção Memória FUJB/UFRJ, Série Pensadores, 3).

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. **O planejamento educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.